

O Autor faz a memória dos passos que levaram, de vagar mas irresistivelmente, a este momento privilegiado de ecumenismo prático que é a próxima Campanha da Fraternidade. Um momento de certo modo ainda tímido, ou seja, restrito a apenas sete igrejas ligadas ao CONIC, Conselho Nacional de Igrejas Cristãs, sem a adesão p. ex. das Assembléias de Deus, das igrejas Batistas, da igreja Universal etc, mas, como notório, é um fato privilegiado e significativo. Trata-se de várias igrejas que se unem em torno de um tema e lema que não têm côr denominacional, e que devem ser o alvo dos esforços pastorais de todos os discípulos daquele que veio para trazer a boa notícia aos pobres, libertar os oprimidos, e proclamar um ano de graça da parte do Senhor (Lc 4,18-19).

OS CAMINHOS DA CF-2000 ECUMÊNICA

Pe. Francisco de Assis Wloch

Ex-secretário executivo da Campanha da Fraternidade da CNBB, Pároco e Reitor do Santuário N.Sra. de Fátima e Sta. Teresinha, Estreito, Florianópolis.



1. Respingo Histórico

Em 1961, três padres responsáveis pela Caritas Brasileira idealizaram uma campanha para arrecadar fundos para as atividades assistenciais e promocionais da instituição e torná-la, assim, autônoma financeiramente. A atividade, chamada “**Campanha da Fraternidade**”, não teve o êxito financeiro esperado, mas foi o embrião do grande projeto anual e atual da Igreja Católica, no Brasil.

Desde 1963, a Campanha da Fraternidade, para a Igreja Católica, tem sido uma atividade ampla de evangelização, desenvolvida na Quaresma, para ajudar os cristãos e pessoas de boa vontade a viverem a fraternidade em compromissos concretos, no processo de transformação da sociedade, a partir de um problema específico. É um grande instrumento para desenvolver o espírito quaresmal de conversão, de renovação interior e de ação comunitária. É momento de exercício de uma verdadeira pastoral de conjunto em prol da transformação de situações injustas e não cristãs. É precioso meio para a evangelização no tempo quaresmal. Tem ajudado na renovação da consciência da responsabilidade de todos pela ação da Igreja na Evangelização, na promoção humana, em vista de uma sociedade justa e solidária.

2. A CF e o Vaticano II

Os Bispos da CNBB, reunidos para o Concílio Vaticano II, em Roma, assumiram a Campanha da Fraternidade como projeto de âmbito nacional. Ao longo de quatro anos seguidos, por um período extenso de cada vez, os Bispos ficaram hospedados na mesma casa, em Roma, participando das sessões do Concílio e de diversos momentos de reunião, estudo, troca de experiências. Nesse contexto, nasceu e cresceu a Campanha da Fraternidade. A carta circular de 23 de dezembro de 1963, firmada pelo saudoso Dom Hélder Pessoa Câmara, então Secretário Geral da CNBB, a todos os Bispos das dioceses católicas no Brasil, se tornou como que a “Certidão de nascimento da Campanha da Fraternidade”.

3. A CF e Quaresma

Quaresma e Campanha da Fraternidade se integram, desde 1964, primeiro ano de sua realização em nível nacional, na promoção do fruto da conversão: **a fraternidade** (expressão mais completa do mandamento evangélico do amor ao próximo). A celebração da Páscoa não é apenas celebração da Páscoa de Cristo, mas também celebração da Páscoa do seu



Corpo, os cristãos. A 10ª Assembléia Geral da CNBB, em 1969, sintetizou o pensamento do Episcopado católico no Brasil sobre o sentido da CF no contexto da ação evangelizadora: “Uma campanha de evangelização maciça e extraordinária, realizada durante a Quaresma, visando particularmente a formação do espírito comunitário cristão, a partir de um objetivo concreto, seja este de natureza predominantemente apostólica ou social.

4. O Início de nova fase da CF

Os enfoques temáticos da Campanha evoluíram dos seus inícios até hoje. Os registros documentais consideram três fases: uma *primeira* (1962-70), com temas voltados para a renovação interna da Igreja Católica no Brasil a partir do Concílio Vaticano II (Igreja em renovação - Paróquia em renovação - Co-responsabilidade - Participação...); uma *segunda* (1973-84), com temas mostrando a preocupação da Igreja com a realidade social do povo brasileiro, denunciando o pecado social e promovendo a justiça (Libertação - Reconstrução da vida - Repartir - Família - Mundo do Trabalho - Mundo das Migrações - Educação - Ecologia...); uma *terceira* (1985-99) apresenta a Igreja Católica voltada para situações existenciais do povo (Fome - Menor - Negro - Mulher - Juventude - Encarcerados - Excluídos - Desempregados...).

Cometeríamos um pecado histórico se não disséssemos que a partir desta próxima CF, a do ano 2000, estaremos começando uma quarta fase da CF. A CF 2000 será ecumênica. Contaremos com a participação de outras Igrejas. Continuaremos mostrando nossa preocupação com a realidade social do povo brasileiro, agora, com novos parceiros. Igrejas cristãs estarão juntas na oração, na reflexão e na ação. Não há como negar, mesmo que em 2001, a CF volte a ser da Igreja Católica, terá uma nova configuração. Não poderá deixar de ter, mais fortemente, uma abertura e dimensão ecumênica. Em 2000, sem dúvida, começamos a contar a história da quarta fase da Campanha da Fraternidade.

5. Os Primeiros Sinais da CF Ecumênica

O crescimento do compromisso ecumênico das Igrejas cristãs e a decisão de fundar o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (CONIC) em 1982, levaram a uma reflexão mais atenta sobre a dimensão ecumênica da ação evangelizadora, particularmente da Campanha da Fraternidade. A CNBB, que na Assembléia Geral de 1978 aprovava a idéia da constituição do CONIC e a plena participação nele da Igreja Católica Apostólica Romana, nas informações e comentários gerais sobre a CF de 1979 introduzira as seguintes reflexões: “*Tratando-se de uma atividade de Igreja e propondo-se construir a fraternidade, não pode a CF prescindir de uma clara e sincera dimensão*



ecumênica. Sendo embora uma iniciativa da Igreja Católica e subordinada à CNBB, a CF deve levar em conta a existência de outras igrejas cristãs e buscar manifestar a sempre maior unidade em Cristo. O futuro dirá se é ou não conveniente e viável fazer da Campanha da Fraternidade uma ação conjunta das várias Igrejas Cristãs. Antes de qualquer deliberação a esse respeito deverá também pronunciar-se o recém-criado Conselho Nacional de Igrejas Cristãs” (CF-79 – página 4).

6. A Idéia De Uma Cf Ecumênica

A 34ª Assembléia Geral da CNBB, realizada em abril de 1996, aprovou o Projeto de Evangelização para a Igreja no Brasil “Rumo ao Novo Milênio”. O Episcopado Católico, inspirado na Carta apostólica do Papa João Paulo II “Tertio Millennio Adveniente” deu destaque especial ao diálogo ecumênico e inter-religioso. Nesse contexto foi aprovada também a sugestão de realizar no ano 2000 uma Campanha da Fraternidade Ecumênica: *“Temos pouca experiência no campo do diálogo e as atividades estão ainda em fase de experimentação. É necessário constituir grupos que desenvolvam estudos e iniciativas neste campo; promover atividades em colaboração com outras Igrejas e grupos culturais, começando pela celebração da Semana da Unidade. Sugere-se que a Campanha da Fraternidade do ano 2000 seja ecumênica, em colaboração com o CONIC...”* (Documentos da CNBB 56, nº 141, página 51, Paulinas, SP, 1996).

Esta boa sugestão dos Bispos católicos foi levada para a Assembléia Geral do CONIC, reunida em Brasília em novembro de 1996, e foi acolhida com alegria pelos representantes das Igrejas-membro. As Presidências das Igrejas do CONIC nomearam seus representantes para a formação de uma **“Comissão para a CF-2000 Ecumênica”**.

A iniciativa da CF-2000 Ecumênica está ligada ao evento dos 2000 anos do nascimento de Jesus Cristo, evento que de várias maneiras todos os cristãos haverão de celebrar. Sua realização pode bem corresponder a esta ocasião celebrativa extraordinária para os cristãos desta geração e demonstra o espírito que anima as igrejas cristãs na busca da comunhão visível, expressa na oração do Senhor: *“que todos sejam um...para que o mundo creia”* (Jo 17, 21).

7. Os Promotores Da Cf-2000 Ecumênica

A CF-2000 Ecumênica não é uma Campanha sobre Ecumenismo. É, sim, uma campanha que envolve a responsabilidade das Igrejas comprometidas com o Movimento Ecumênico ou com a causa da unidade



visível da Igreja de Jesus Cristo. Não é a CNBB que convida os cristãos das outras Igrejas a participarem da CF da Igreja Católica, mas são as Igrejas do CONIC, em comunhão de serviço e de missão, que juntas realizam a CF-2000 Ecumênica.

Os promotores da CF-2000 Ecumênica seremos nós cristãos que caminhamos juntos há anos, vivendo nossa atual comunhão e buscando a plena reconciliação das Igrejas a que pertencemos. Estamos apenas dando mais um passo na busca da unidade, pois já nos unimos em oração nos Cultos Ecumênicos e durante à Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos, meditamos juntos nos Círculos Bíblicos, lutamos juntos nos movimentos populares, colaboramos no Ensino Religioso Escolar, participamos dos Intereclesiais de CEBs e das Semanas Sociais Brasileiras.

Os promotores da CF-2000 Ecumênica seremos nós, cristãos a caminho da conversão, que sofremos ainda as conseqüências de uma história de divisão e de exclusão, de competição e de proselitismo, de presunção e de erros. A Campanha será uma maneira de curar essas feridas, essa herança que ainda pesa sobre o povo de Deus.

Os promotores da CF-2000 Ecumênica seremos nós, cristãos que, impelidos pelo Espírito de Jesus, mantemos um diálogo aberto com a sociedade à qual pertencemos, cujas angústias, lutas e esperanças são as angústias, lutas e esperanças de todos os cristãos.

A CF-2000 Ecumênica será um *mutirão de evangelização*, anunciando a reconciliação além das divisões entre religiões, raças, culturas, pobres e ricos, fazendeiros e sem-terra, habitantes das vilas e moradores das mansões, abastados e excluídos.

A CF-2000 Ecumênica será, enfim, um exercício eficaz da diakonia das Igrejas cristãs e um testemunho da missão comum de evangelizar servindo, dialogando e sendo parceiros no anúncio do Evangelho.

8. As Igrejas Participantes

Não é novidade que a realização de uma Campanha da Fraternidade Ecumênica no ano 2000 iria pedir mais abertura ao diálogo e um compromisso maior de todos em sua preparação e desenvolvimento. Realizá-la, seria um fato extraordinário que pediria ações e encaminhamentos “extra-ordinários”.

Iniciou-se a longa caminhada, com necessariamente o primeiro passo:



o convite às Igrejas a dela participarem e com ela se envolverem, como testemunho concreto da busca de unidade. As Igrejas Católica Apostólica Romana, Católica Ortodoxa Siriana do Brasil, Cristã Reformada do Brasil, Episcopal Anglicana do Brasil, Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, Metodista, Presbiteriana Independente e Presbiteriana Unida do Brasil aderiram e indicaram seus representantes na Comissão responsável. Durante a fase de preparação a Igreja Presbiteriana Independente pediu seu afastamento da Comissão como promotora, continuando na qualidade de observadora.

9. Os Objetivos

Desde a fase mais inicial de sua preparação, a partir do momento em que foram ouvidas as Igrejas para a definição de um tema e lema, a Comissão encarregada de sua promoção procurou dar encaminhamento à elaboração dos subsídios. E isso, de forma a se possibilitar a união das Igrejas no testemunho comum da promoção de uma vida digna para todos, na denúncia das ameaças à dignidade humana e no anúncio do evangelho da paz. Escolhera-se como tema “Dignidade Humana e Paz” e como lema “Novo Milênio sem exclusões”.

Ao manifestar o desejo de unidade na promoção de uma vida digna, também se estava querendo propor um modelo de vida em que valores morais e éticos exaltassem a dignidade da pessoa humana, evitassem as exclusões que marginalizam e criassem condições de paz na convivência cotidiana.

A CF-2000 Ecumênica foi pensada com o desejo de promoção da solidariedade e da partilha, no respeito aos direitos fundamentais à subsistência e às condições sustentáveis de vida digna para todos.

Quer-se ainda:

- denunciar a violação dos direitos humanos e as ameaças à dignidade humana em todos os níveis;
- lutar por políticas sociais e democráticas, que justifiquem a existência do estado de direito, criado pelo povo e para o povo, como mediador e promotor de convivência justa, pacífica e solidária;
- opor-se a qualquer forma de violência contra as pessoas, a qualquer estrutura concreta de violência, a qualquer exclusão, intolerância e uso desnecessário da força;
- promover o diálogo, no respeito à liberdade de consciência e à liberdade religiosa, na busca da verdade que liberta e salva, e



- contra a competição religiosa e ideológica;
- superar as divisões, as suspeitas nas relações recíprocas e a hostilidade causada pela memória de um passado marcado por polêmicas e perseguições religiosas;
- favorecer as soluções não-violentas dos conflitos sociais, solicitando as mediações e colocando-se em defesa dos mais fracos e ameaçados na dignidade e nos direitos;
- defender a integridade ecológica da criação e o meio ambiente vital, a fim de manter a paz e condições dignas de sobrevivência também para as gerações futuras;
- valorizar a contribuição indispensável das mulheres nas Igrejas e na sociedade, superando os papéis fixados ideologicamente para homens e mulheres;
- defender os direitos das minorias frágeis e marginalizadas, contra as discriminações raciais, étnicas e culturais.

Nem todos esses objetivos, transformados em desejos, foram transcritos nos documentos oficiais e finais da CF-2000 Ecumênica, mas, podem crer os leitores, fizeram parte das preocupações da Comissão Ecumênica encarregada e podem ser encontrados em momentos diferentes das oito redações por que passou o Texto-base, antes de chegar-se à sua versão final.

10. O Lema

O lema “*Novo Milênio sem exclusões*”, inspirado na expectativa do início do terceiro milênio da Era Cristã, assinala o fato de uma sociedade que vem se organizando cada vez mais em função do bem-estar de um número cada vez menor de pessoas, deixando uma maioria crescente excluída do acesso aos bens necessários e às condições mínimas de vida que a Declaração Universal dos Direitos Humanos lhes reconhece.

A promoção dos direitos e o desenvolvimento não podem ser reservados a uma minoria. A afirmação da dignidade humana não permite excluir ninguém do exercício dos direitos e da cidadania. A proposta de um “*novo milênio sem exclusões*”, com certeza nos levará a pensar, também, nas divisões das Igrejas Cristãs e nas exclusões que marcam, ainda hoje, as relações entre religiões.

11. Dignidade humana, no Texto-base

Todos sabemos, até intuitivamente, o que é Dignidade Humana,



embora nem sempre possamos formular com precisão o seu significado. Era mais do que claro, porém, para o Promotor de Justiça da Cidadania de São Paulo, que considerou um atentado à dignidade humana os chuveiros instalados em marquises de alguns prédios da cidade, para espantar mendigos que sob elas se protegessem do frio e da chuva, e determinou que tais chuveiros fossem retirados (Texto-base da CF-2000, nº 29).

Na verdade, todos nós temos consciência de que, como seres humanos, somos superiores a tudo que nos cerca. A pedra inanimada, as plantas, os outros animais que povoam a terra, não sabem que existem, não podem escolher livremente o que fazer ou deixar de fazer, segundo suas preferências, não organizam as coisas para que sirvam ao atendimento de suas necessidades, não sabem que são mortais, não são capazes de amar até a abdição consciente de suas vidas por amor, não sonham nem fazem planos para o futuro.

Esta condição de seres conscientes, livres, dotados de vontade, nos torna, no conjunto de tudo que existe sobre a terra, senhores de todas as coisas, apesar de nossas imperfeições. Acima de nós só existe o Ser Absoluto e Perfeito que é Deus, que nos criou à sua imagem e semelhança. Isto nos confere valor, importância, dignidade, uma dignidade especial: a dignidade humana.

Na história da humanidade, no entanto, nem sempre existiu a consciência dessa dignidade absoluta e fundamental do ser humano, assim como nem sempre ela foi respeitada. E por isso mesmo, nos meados deste século que agora termina, saindo de uma guerra mundial marcada por um trágico desrespeito ao ser humano, a humanidade considerou necessário declarar solenemente, em 10 de dezembro de 1948, a dignidade de todos os homens e mulheres que habitam a Terra, atribuindo a todos os mesmos Direitos - através da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

A primeira justificativa para a proclamação dessa Declaração, pela Assembleia Geral das Nações Unidas, foi a consideração de que *“o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo”*. E seu primeiro artigo teve o seguinte enunciado: *“Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade.”*

Há cinquenta anos, portanto, a Humanidade assume com clareza que todos os seres humanos são iguais em dignidade e que a fraternidade deve



conduzir seu modo de agir e de viver. Estes são valores que se encontram inscritos indelevelmente na Bíblia e constituem o fundamento da atuação social das Igrejas cristãs. Criados à imagem e à semelhança de Deus, somos todos portadores de uma dignidade que nos diferencia de tudo o mais que foi criado. Filhos desse mesmo Deus, somos todos irmãos uns dos outros.

Não é pelo que o ser humano possui que ele vale mais que os outros seres que povoam a Terra, mas sim pelo que ele é, como ser portador da dignidade humana, independentemente até mesmo da consciência que tenha dessa dignidade.

E será o respeito à dignidade humana que permitirá que o ser humano desenvolva todas as suas potencialidades, inclusive sua capacidade de amar.

São muitíssimos os seres humanos que agem de forma contrária ao que exigiria sua própria dignidade. São muitos os que ignoram a dignidade conferida a todos os seres humanos e dispõem de outras pessoas como se fossem animais ou coisas, o que equivale a considerá-las como seres inferiores e, portanto, a não considerá-las como seres humanos. Com isso a violência se instala entre as pessoas e a guerra entre os povos, e a paz está constantemente ameaçada.

Ao entrarmos num novo milênio, a Humanidade continua lutando para que prevaleça em toda parte a fraternidade e, com ela, a paz e o respeito à dignidade humana. Em muitos lugares persistem os enfrentamentos armados, explodem novas guerras e muitos seres humanos são vitimados por intervenções violentas dos Estados mais poderosos.

Nosso país, o Brasil, não é exceção. Pelo contrário, a dignidade da maior parte de sua população continua sendo ignorada e desrespeitada. E a violência impera em muitos lugares e mesmo aumenta, de forma até assustadora.

É dever ético de todos, da sociedade como um todo, agir para evitar o desrespeito à dignidade de todo e qualquer ser humano. Esse desrespeito é um aviltamento, uma depravação da natureza essencial do homem. Quem tem consciência da dignidade humana e constata as formas como ela é desrespeitada, é levado à indignação ética, primeiro passo para se lutar pelo respeito a esse valor fundamental.

12. Paz, no Texto-base

Mesmo que guerras catastróficas tenham marcado o século que finda, milhões de vidas humanas tenham sido eliminadas, pessoas e povos humilhados e torturados, iniciamos este terceiro milênio buscando e sonhando com a paz.

Sabemos, também, que paz não é só ausência daquela guerra declarada



com exércitos em combate. Falta paz sempre que a vida humana é violentada. Falta paz quando o homem extingue as espécies animais e quando o equilíbrio da natureza é ameaçado. Não há paz quando há falta de pão, a saúde é maltratada, a violência se torna presente em casa e nas ruas, os encarcerados tem seus direitos negados, as crianças não tem escola...

A paz verdadeira é fruto do amor e da justiça. É dom de Deus e conquista do homem. A paz é o resultado das relações marcadas pela justiça, pela solidariedade e pelo amor.

O Texto-base, para um melhor entendimento da paz que queremos, reproduz o que está no belíssimo poema de Isaías (65,17-25) sobre "os tempos messiânicos", tempos de paz: *"Sim, vou criar novo céu e nova terra: Já não haverá lembrança do que passou, nisto já não se pensará. Antes exultai e alegrai-vos sem fim por aquilo que eu crio. Pois faço de Jerusalém uma cidade de júbilo e de seus habitantes um povo alegre. Vou rejubilar-me por Jerusalém e alegrar-me por meu povo; nela já não se ouvirão choros nem gritos de dor; não haverá crianças que vivam apenas alguns dias, pessoas idosas que não levem a pleno termo os seus dias. Pois será jovem quem morrer aos cem anos, e quem não alcançar os cem anos, passará por maldito. Construirão casas, para nelas morar, plantarão vinhas, para comer seus frutos. Não acontecerá que um construa e outro more, tampouco um plantará e outro comerá; pois meu povo alcançará a idade das árvores, e meus eleitos consumirão o produto do seu trabalho. Não se fatigarão inutilmente nem terão filhos que morram subitamente, pois eles serão geração abençoada pelo Senhor, e seus filhos o serão igualmente. Antes que tenham invocado eu já os atenderei, ainda estarão falando e eu já os estarei escutando. O lobo e o cordeiro pastarão juntos e o leão comerá palha como o boi, a comida da serpente será o pó; não farão mal nem causarão estrago em todo o meu monte santo, diz o Senhor".*

13. O Texto-base

O Texto-base da CF-2000 Ecumênica não utilizou o esquema tradicional dos textos das Campanhas da Fraternidade, com capítulos dedicados separadamente ao Ver, Julgar e Agir. Optou-se por mesclar esses três tipos da abordagem, ao longo do texto, utilizando-se para isso impressão em cores diferentes. Cada parte do texto contém uma apresentação do respectivo tema. Em seguida apresentam-se fatos da vida de hoje que ferem a dignidade humana, retirados principalmente de jornais e de diversas publicações. Este conteúdo corresponderia ao Ver do esquema tradicional. Seguem-se reflexões bíblicas, que corresponderiam ao Julgar. Após cada um desses blocos são



elencados uma série de fatos positivos da vida de hoje, relatos de ações levadas a efeito pelas Igrejas e pela sociedade civil, para superar os problemas levantados. São propostas de ação que visam jogar um pouco de luz nos porões da vida, promover a dignidade e os direitos, além de, ao se tornarem realidade, criarem condições para uma vida mais humana e digna.

A forma adotada no presente Texto visou permitir sua utilização não somente como subsídio de referência para os animadores da Campanha, mas também como roteiro de trabalho e de reflexão das comunidades. Ele foi escrito para ser lido e refletido a partir do impacto emocional que cada fato ou conjunto de fatos pode causar e da compreensão que pode ser alcançada sobre a causa dos fatos, bem como a partir da reflexão inspirada na Palavra de Deus que acompanha cada conjunto de fatos.

O texto foi redigido de tal forma que pudesse provocar debates e deixasse caminho aberto para que as comunidades descobrissem, em torno delas mesmas, situações semelhantes às relatadas, lançassem luz sobre essas situações, a partir de reflexões bíblicas, e, então identificassem ações possíveis de resgate da Dignidade Humana.

O presente texto pode vir a ser, portanto, um Texto-base em permanente elaboração: os fatos nele apresentados, negativos e positivos, podem ser complementados indefinidamente pela própria experiência das comunidades. Da mesma forma, às reflexões bíblicas que com eles dialogam podem ser sempre agregadas novas reflexões, que aprofundem cada vez mais a compreensão da Palavra de Deus.

Nessa perspectiva, cada comunidade poderia compor seu próprio Texto a partir do roteiro apresentado, como um livro de vida que mobilize para a ação transformadora. E nada impediria que fossem usados os modernos sistemas de comunicação eletrônica para compor, pela junção progressiva e permanente de todos os textos que fossem sendo assim elaborados, um enorme painel sobre nossa realidade, como um retrato dinâmico do fervilhar de tragédias e alegrias dentro do qual vivemos, muitas vezes sem o perceber.

Obs: O presente texto é um resumo de documentos que foram contando a história da CF-2000 Ecumênica e fazem parte dos arquivos da Secretaria Executiva da Campanha da Fraternidade da CNBB. Como autor, tive o trabalho de sintetizar, escolhendo as idéias que, ao meu ver, pudessem contribuir com as finalidades a que se propões este número de Encontros Teológicos.

Endereço do Autor:

Rua Souza Dutra, 442 - Estreito
88070-600 Florianópolis - SC